

Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção

**Seminário Oficina Regional Sul
6, 7 e 8 de março de 2012.**

Relatores: Lauro Foschiera, Edson Klein

Apoios: Rudimar Barea, Leonardo A. Guimarães e Raul Jacobs

Passo Fundo/ RS, março de 2012.

Seminário Oficina Regional Sul

“Por uma Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção”

Participaram Representantes dos Estados: RS, SC e PR

Local - Reserva Maragato (RPPN) – Passo Fundo RS

Data - dias 06, 07 e 08 de março

Abertura – Boas vindas e apresentação dos motivadores da atividade

Apresentação participantes – estavam presentes 41 pessoas, representando 37 entidades dos três Estados do Sul (lista em anexo)

Programação - Apreciação da Proposta da Programação do Seminário e organização da coordenação e sistematização.

Apresentação dos objetivos do Seminário, antecedentes e contexto Geral: feito de modo compartilhado pelos membros que participam da ANA. A caminhada realizada na ANA como espaço de articulação de grande parte das organizações sociais da agricultura familiar e camponesa. A proposição aceita de realização de cinco seminários regionais e um seminário nacional para garantir a participação social na construção da **Política Nacional de Agroecologia e Sistemas Orgânicos de Produção**. O Seminário Nacional será realizado em abril no período de 10 a 12.

Complementos e comentários gerais dos participantes

- Em um primeiro momento foi feito um relato sobre os avanços que se teve na área da agroecologia nos últimos anos e o que cada movimento em si vem fazendo para que os avanços no campo da agroecologia aconteçam;
- O contexto político nos remete para a nossa capacidade de organização. Percebemos que essa política em principio deve levar em conta os atores históricos, suas conquistas e avanços;
- Percebe-se que a estrutura política ainda não favorece aos pequenos agricultores, em especial o trabalho com a agroecologia e o grupo deve pensar a política nacional de agroecologia, como tático e estratégico para o avanço dos movimentos sociais na quebra das velhas estruturas;
- Temos dúvidas se a construção da política vai surtir efeitos lá para os agricultores familiares; parece mais um ‘enfeite’ que uma opção de desenvolvimento e de vida.

Será que a construção deste plano é para compensar o que o governo vem dando ao agronegócio?

- Até os dias atuais, a caminhada feita pelos agricultores familiares foi realizada sem apoios nem de assistência técnica, nem de crédito e nem para o processamento (agroindustrialização) e comercialização;

- Nos sentimos fragilizados e pouco motivados para apostar energia e credibilidade na construção de uma política de agroecologia – deixar as coisas bem ajustadas um documento nacional, nos deixa inquietos e com pouca credibilidade sobre seus efeitos lá na ponta, para quem produz ou quer produzir...;

- Os primeiros que iniciaram a produção agroecológica tiveram que ser muito persistentes: perderam produção por não ter conhecimentos ou meios adequados para realizá-la; sem apoio de crédito e pouquíssima assistência técnica, sem falar que os próprios agricultores tiveram que abrir espaços e realizar a comercialização;

- Nosso desafio é identificar as principais causas dos limites atuais, tanto para quem já pratica a agroecologia e para quem deseja fazer a transição. Sem estas identificações fica difícil definir políticas e ações neste sentido. O que fazer? com quem? homens? mulheres? jovens? crianças junto às escolas? mais crédito e assistência técnica? maior apoio na produção? no processamento? na comercialização? na divulgação?

- Necessidade de ações mais articuladas entre movimentos e organizações para fazer frente às propostas da agricultura convencional industrializada – ela tem uma estratégia de conquistar os agricultores os gestores públicos e meios para atuar;

- A alimentação escolar, o PAA, as feiras foram lembradas como espaços importantes para auxiliar a transição, especialmente daquelas famílias menos capitalizadas e como espaços de divulgação e visibilidade da agroecologia;

Trabalhos em grupos - na sequência foram realizados trabalhos em grupos para leitura e debates a partir do documento da ANA.

Relato dos grupos de trabalho sobre as percepções das redes e movimentos em relação à política e premissas do campo agroecológico

Conquistas dos recursos e aproveitamento

- Projetos abortados pela metade do caminho;

- PAA, PNAE - não tem trabalhado com a agroecologia, embora seja importante para os programas, tem muito para avançar no foco da agroecologia;

Como o governo tem lidado com as políticas públicas conquistadas pela ANA

- Sem compromisso com o público beneficiário;
- Não viabilização dos recursos;
- Assistência técnica deficitária, precisa de um acompanhamento mais amplo;
- Discussões de agroecologia e políticas de Ater não estão acontecendo;
- Políticas do governo não consideram a agroecologia;
- Destaque da participação dos jovens e das mulheres como protagonistas;

Expressão política da ANA

- A pouca participação = desarticulação dos movimentos no espaço da ANA;
- Como vamos convencer que a agroecologia é importante para os nossos agricultores;
- Servir como escopo mobilizador da sociedade, para mudanças pontuais;
- Manter a sociedade civil organizada; a ANA como espaço de organização;
- Há a cooptação das lideranças enfraquecendo as organizações;
- Nossa força reside na articulação com as organizações que fazem parte da ANA. Precisamos pautar o mais importante e estratégico;
- A agroecologia como pauta dos movimentos sociais e Ongs;
- Qual o diferencial do sul e a contribuição com o debate da agroecologia;
- Pequenos projetos pontuais; a Ana tem que ter um papel de articuladora dessas experiências;
- Temos iniciativas, localizadas ainda pouco articuladas;
- O texto aponta que temos um caminho a percorrer e a estratégia que aponta onde queremos chegar;
- A confiança que temos no Estado deve ser muito cuidadosa, para não perdermos nosso rumo;

Temas consequentes

- Ponto de partida são as conquistas que levem a direção para a agricultura familiar sustentável;
- De que forma uma política nacional fortalece as ações práticas que vem sendo realizadas? Temos muito de realizado na agroecologia que precisa ser valorizado;
- Como fazer com que a política 'não se perca' em si mesma?
- Que a educação trabalhe com a agroecologia no seu currículo;

- Como será o controle social dos recursos para este plano?
- Como fazer metodologicamente a operacionalização de uma política com estas intencionalidades;
- Rio+20 – qual a nossa atuação? Que propostas apresentaremos/ defenderemos? Estamos pensando na atuação nestes espaços?
- A política nacional de agroecologia parte do governo; e os movimentos agora precisam usar este momento para articular as organizações e somar força política;
- Fortalecimento das dinâmicas de produção e foco nos agricultores familiares;
- Como implementar e ampliar o processo dentro do governo para que a política não se perca em si mesmo?

Sobre as políticas públicas ligadas a Agroecologia

- Projetos abortados pela metade do caminho. A nossa percepção é de que é necessário garantir mecanismos de continuidade das políticas - ATER, PAA, PNAE dentre outros;
- PAA, PNAE - essas políticas como exemplo, são muito importantes para a agricultura familiar e no seu plano de ação inclui o debate da agroecologia, porém na pratica há pouca efetivação; há poucos incentivos; pouca produção agroecológica envolvida, e os mecanismos de aquisição (em particular o PNAE) dificultam o acesso da produção agroecológica;
- Políticas do governo não consideram a discussão de agroecologia. O PAA e o PNAE devem ser mais qualificados e estruturados visando o apoio ao agricultor agroecológico e suas organizações.
- Os bancos não têm sistemas de crédito viáveis para agroecologia. Ex.: PRONAF Agroecologia não funcionou (não existem experiências exitosas com esse ramo do PRONAF);
- Tivemos algumas pequenas conquistas de crédito importantes, mas não está se conseguindo dar gerencia a este. Uma política de agroecologia não pode levar em conta o sistema convencional de crédito agrícola;
- O governo demonstra pouco compromisso com a implementação das políticas e público beneficiário. Faltam recursos humanos dentro dos órgãos de governo para implementação das políticas – Ex.: CONAB e PNAE;
- A importância da ATER qualificada para a agroecologia. A assistência técnica é deficitária, precisa de um acompanhamento mais amplo. As discussões da Agricultura Ecológica nas políticas de ATER não vêm acontecendo. Exemplo: no Seminário regional de ATER no sudoeste do Paraná não se falou em agroecologia;

- Agricultura Ecológica não pode ser baseada no mesmo sistema de crédito atual, com a mesma estrutura e forma de comprovação da compra de insumos e garantias. É necessário um novo formato;
- Propor que o tema Agroecologia seja trabalho nos currículos escolares.

A ANA e o movimento pela Agroecologia

- Texto da ANA foi construído depois de três oficinas. Possui tom conformado. Tem premissa democrática – sociedade e estado. Visão acertada de tática (lutas locais, pontuais, para fortalecer luta geral) e estratégia, com distribuição de renda e poder. O governo tenta ceder muito ao agronegócio. O ponto de partida não deve ser o mercado, mas as políticas para a agricultura familiar. A nossa força agora reside nessa articulação. Deve-se pautar o que é mais importante. Necessidade de unificação da pauta da Agroecologia junto aos movimentos;
- Por falta de planejamento e objetividade por parte das organizações, a proposta escrita da Política Nacional de Agroecologia partiu do governo; e os movimentos agora precisam aproveitar este momento para articular as organizações e somar força política;
- Construir uma Política de Agricultura Ecológica por nós é algo que não foi feito pelos movimentos sociais. A realização dos Seminários Regionais e Nacional para debater uma Política Nacional de Agroecologia precisa servir de provocação para que as organizações formadoras da ANA mantenham esse debate vivo e continuado, mesmo depois da Rio+20;
- Há pouca participação dos movimentos no debate da agroecologia. Nossa força reside na articulação com as organizações e manifestações. Assim a ANA precisa chamar e articular mais com os movimentos sociais do campo;
- Devemos servir como escopo mobilizador da sociedade, mesmo que agora para mudanças pontuais, com vista em maiores mudanças. As nossas conquistas precisa levar como horizonte a agricultura familiar sustentável;
- Precisamos trabalhar para fortalecer a Agroecologia como pauta dos movimentos sociais e Ongs;
- Ressaltar que a Agricultura Ecológica deve ser pauta nos movimentos sociais populares do campo neste ano, juntamente com as ONGs de que trabalham com a agricultura ecológica;
- Fortalecimento das dinâmicas de produção e foco nos agricultores familiares.

- Pequenos projetos pontuais. A ANA precisa ter um papel de articuladora dessas experiências. Essas experiências mostram um pouco da realidade de cada região;
- Destaque da participação dos jovens e das mulheres como protagonistas é necessário;
- Percebemos a ausência da agricultura familiar como prioridade no documento do governo, o que precisa ser corrigido;
- Falta trabalhar: sementes, aglutinar pra luta;
- Por que o governo quer agora uma política de agroecologia? Porque agora tem pressão. Porque o Brasil precisa ter hegemonia (argumentos e exemplos) na preservação ambiental, que deve ser demonstrada na Rio+20;
- Nossa atividade empolga nossos parceiros do governo;
- Com relação a Política Nacional, como seriam os recursos para a Agricultura Ecológica? Quem controlaria? Seriam repassados para os estados do país?
- Como vamos convencer que a Agroecologia é importante para os nossos agricultores?
- Como implementar e ampliar o processo dentro do governo para que a política não se perca em si mesmo?
- Serão 2 decretos?
 - Política Nacional de Agroecologia e Sistemas orgânicos de Produção.
 - Criação de uma Câmara Intersectorial de Agroecologia e/ou Grupo Interministerial?
- Como dar continuidade na articulação com a ANA aqui no Sul?

Situação Contexto por Estado

Santa Catarina

- CPORG é um espaço importante. Muitas pessoas que têm assento não têm ocupado seu cargo efetivamente nela;
- Rede ECOVIDA tem com 7 núcleos. Precisa trabalhar melhor a relação entre grupos;
- No PPA, foram dados 500.000 reais pra Agroecologia. Não se sabe como vai ser usado e os riscos de seu uso;
- Projeto Comercialização em rede para produtos agroecológicos é estadual;
- O Conselho do PRONAF é fraco no conselho na assessoria rural;

- Eventos diversos previstos: Conferência estadual de ATER, Encontro ampliado da rede ECOVIDA, Plenária das redes da ECOVIDA, 7º seminário estadual de agroecologia, fórum de economia solidária;
- Há formação de rede de pesquisa em sementes com UFFS, FEPAGRI, UFSC;
- Projeto conversão de sistemas: 6 a 11 mil agricultores para produção de leite agroecológico. MAPA daria recurso pra formação. É curso de extensão pelo MAPA, para agricultores na transição agroecológica, com curso de adubação verde;
- Assembleia legislativa tem Campanha alimentos saudáveis;
- Sempre são as mesmas pessoas que participam dos espaços. Não há renovação dos militantes.
- Empresas públicas querem voltar ao difusionismo. Nada de agroecologia e metodologias participativas na ATER;
- Planos territoriais não estão sendo acompanhados;
- MDS tem muito recurso e este não está sendo acessado. Não se sabe também como acessar;
- Deputado tem projeto de lei de compensação de preservação ambiental;
- Devemos aproveitar os espaços, estarmos presentes nas entidades e instâncias governamentais.

Paraná

- CEDRAF, Rede ECOVIDA têm um assento no seu conselho;
- Câmara setorial de agroecologia e agricultura orgânica no CEDRAF é coordenada por alguém da sociedade civil. Representa várias entidades. O trabalho de elaboração do projeto PR agroecológico tem muito recurso: R\$ 6 milhões pra ATER agroecológica e constituição de rede de pesquisadores em agroecologia;
- CPORG PR tem dificuldade de se reunir. Teve reestruturação. É avaliada como fundamental para o avanço da agroecologia;
- Haverá reunião das CPORGS estaduais;
- Haverá a 11ª jornada paranaense de agroecologia em Londrina, julho, contra o agronegócio;
- Pautar a jornada também na câmara setorial e no CPORG para eles colaborarem; Conferência estadual de ATER vai ocorrer. Temos que garantir que a agroecologia seja contemplada;
- Encontro ampliado: garantir público, oficinas, troca de experiências. Em 2014 o Encontro será no PR;
- A coordenação da ECOVIDA é fraca quanto a quantidade de mulheres nela;

- Seminário de fertilidade do solo em abril com início dia 26 ou 28. Há 100 vagas a princípio. Em Vila Velha;

Especialização na UFFS em produção de leite agroecológico. Pessoas de movimentos sociais populares precisam ser indicadas para fazer a especialização. É financiado pelo INCRA e universidade;

Rio Grande do Sul

- Há participação em vários espaços, mas falta articulação. Faltam recursos na manutenção do trabalho. Falta de políticas públicas para isso;

- Falta de mão-de-obra, iniciativas de transição, educação rural e agroecológica.

- EMATER influencia à medida em que seu trabalho é pelos princípios do agronegócio;

- Há 20 anos atrás o cenário era muito mais desfavorável. Não fortalecemos os espaços de participação;

- Há fragilidade na formação de agroecologia nas universidades;

- Conflitos internos são intensos, prejudicam e não se tem relação de trabalho harmonioso;

- Agroecologia está muito institucionalizada;

- Governo estadual se coloca como ator de promoção da agroecologia. Estado não abriu pra discussão de políticas agroecológicas. Ele quer ser o protagonista. Com isso há o enfraquecimento das personagens históricas da construção da agroecologia;

- Pouco recurso financeiro. Governo chama pra reuniões;

- Estado diz que não tem dinheiro pra agroecologia e o pouco que tem fica no estado para a EMATER;

- Estado tem contrato com EMATER para só ela fazer extensão rural na agroecologia, por isso não financia projetos de ONGs. Exige participação em eventos, mas não financia o transporte e permanência neles.

- Seminário de ATER no RS nos próximos dias;

- MPA e Via Campesina – 5ª festa de sementes crioulas em SC.

Análise e Revisão do Decreto

Os Grupos se dedicaram a revisar e ajustar as diretrizes e objetivos do Decreto, que estão contempladas na redação abaixo:

DECRETO nº dede de 2012

Institui a Política Nacional de Agroecologia e de Produção Orgânica.

A PRESIDENTA DA REPUBLICA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV e VI, alínea “a”, da Constituição Federal , **e Considerando:**

- Lei nº 12.593, de 18 de janeiro de 2012 que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2012 a 2015;
- Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências e decreto 6323 27/12/2007;
- Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais;
- Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Decreto 7.272 de 25 de agosto de 2010 que institui o Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente;
- Decreto nº 6.263, de 21 de novembro de 2007, que institui o Plano Nacional de Mudanças do Clima;
- Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais;
- Lei Nº 11.105, de 24 de março de 2005, Lei de Biossegurança, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio;
- As contribuições das Organizações Não Governamentais na concretização da agroecologia presente nas diversas regiões do País;
 - Os documentos da -FAO: TIRFA
 - CDB: artigo 8j e 10c;
 - IAASTD;
 - tres informes do relator especial do direito das nações unidas;
 - lei das políticas fundiárias;
 - lei de ATER;
 - lei de sementes e mudas
 - carta do 1º ENA 2002
 - carta do 2º ENA 2006
 - carta do Diálogos e Convergências 2011
 - Que a agroecologia ...e os principios da agroecologia...

- as leis acima devem citar os artigos a que se referem

DECRETA

Art. 1º Ficam instituídos, conforme o disposto neste Decreto as diretrizes e os objetivos que orientam a implementação da Política Nacional de Agroecologia e de Produção Orgânica.

Art. 2º A Política Nacional de Agroecologia e de Produção Orgânica reger-se-á pelas seguintes diretrizes:

- i. estimular a transição e a produção agroecológica na agricultura familiar para ampliar a oferta e consumo de produtos orgânicos/ agroecológicos e garantir a segurança e soberania alimentar e nutricional;
- ii. reduzir a dependência de insumos externos da agricultura brasileira, afirmando o uso de insumos locais e regionais de fontes naturais/renováveis, valorizando as iniciativas comunitárias/cooperadas de produção destes;
- iii. Propiciar condições que estimulem o protagonismo da mulher e a permanência dos jovens e suas famílias no campo;
- iv. ampliar e efetivar a participação e o controle social na definição das políticas e ações voltadas para a agroecologia e a produção orgânica;
- v. conciliar a produção agrícola/ agropecuária e extrativista com o resgate, conservação e melhoramento dos recursos naturais e genéticos;
- vi. fortalecer e ampliar o conhecimento e garantir o acesso das comunidades tradicionais e agricultores familiares ao patrimônio genético;
- vii. implementar, adequar e ampliar os serviços de ATER, tanto estatal como por organizações da sociedade civil, de modo continuado. Que os serviços sejam focados nos sistemas de produção, beneficiamento e comercialização e no fortalecimento das organizações dos agricultores familiares;
- viii. incluir na grade curricular a abordagem da agroecologia nos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino e, estimular processos educacionais contextualizados ao seu meio;
- ix. desenvolver pesquisas e metodologias de pesquisa participativa para sistemas orgânicos e agroecológicos de produção e, divulgar os resultados permitindo o acesso das organizações agricultores familiares;
- x. ampliar o acesso a produtos, processos e tecnologias apropriados à sistemas orgânicos e agroecológicos de produção;
- xi. estruturar um sistema de informações sobre os produtores e a produção agroecológica e orgânica;

- xii. através do acesso e desenvolvimento de mercados, ampliar e fortalecer a geração de renda aos agricultores familiares, dar prioridade aos mercados locais, as feiras de venda direta o PAA e PNAE;
- xiii. sensibilizar a opinião pública para os princípios agroecológicos, a importância e qualidade dos alimentos e produtos gerados;
- xiv. consolidar e fortalecer os mecanismos de controle para a garantia da qualidade da produção orgânica, sobretudo, o fortalecimento dos sistemas participativos de garantias;
- xv. adequar e ampliar a Política Geral de Preços Mínimos (PGPM), seguro agrícola e a compra de alimentos para estimular o desenvolvimento de mercados (institucionais e gerais) para os produtos orgânicos e agroecológicos;
- xvi. reconhecer e estimular através de incentivos os agricultores familiares agroecológicos e orgânicos pelas medidas de preservação ambiental que realizam em suas unidades de produção;
- xvii. criar e ajustar mecanismos de financiamento e crédito adequados para a produção orgânica/agroecológica e processo de transição agroecológica, no contexto da agricultura familiar;
- xviii. afirmar a agroecologia como estratégia de desenvolvimento rural sustentável do país para garantir o exercício do direito humano à alimentação;
- xix. Estabelecer prioridade da política nacional de agroecologia para os agricultores familiares afirmando-os como principais sujeitos;
- xx. buscar adequar a legislação de agroindústrias para a realidade da agricultura familiar agroecológica;
- xxi. avançar nos processos de regularização fundiária dos imóveis rurais dos agricultores familiares e da reforma agrária, de modo a garantir o desenvolvimento dos sistemas agroecológicos;
- xxii. reconhecer e valorizar os saberes populares e as práticas tradicionais como instrumentos fundamentais para o desenvolvimento da política nacional de agroecologia;
- xxiii. garantir o exercício do direito à não contaminação das sementes nativas e crioulas e evitar a perda de raças de animais, incentivando o acesso, conservação e multiplicação pela agricultura familiar através de práticas agroecológicas;

Art. 3º O objetivo geral da Política Nacional de Agroecologia e de Produção Orgânica é fortalecer a agricultura familiar e camponesa e seus sistemas de produção, promovendo a Agroecologia e a Produção Orgânica como base do desenvolvimento rural, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta de alimentos saudáveis a partir do uso sustentável dos recursos naturais.

Art. 4º São objetivos específicos da Política Nacional de Agroecologia e

i. ampliar a produção, a oferta e o consumo de produtos orgânicos e agroecológicos com vistas a garantir o Direito Humano à Alimentação, a segurança e soberania alimentar e nutricional e o combate a miséria;

ii. reduzir a dependência externa de insumos externos, os custos de produção dos alimentos e os impactos ambientais na atividade agropecuária;

iii . propiciar condições que estimulem o protagonismo da mulher e a permanência dos jovens e suas famílias no campo;

iv. ampliar a base produtiva de agricultores familiares orgânicos e agroecológicos e fortalecer a autonomia e suas organizações;

v. assegurar assistência técnica e extensão rural e recursos financeiros incluindo a ATER pública não estatal para o desenvolvimento da produção orgânica e agroecológica, do beneficiamento e da comercialização e, garantindo o seu controle social, em consonância com os preceitos da PNATER;

vi. promover a produção agropecuária e extrativista garantindo a conservação dos recursos naturais e genéticos;

vii. ampliar a geração de renda aos agricultores por meio do acesso e desenvolvimento de mercados;

viii. ampliar a geração e a disponibilização de pesquisas e metodologias de pesquisa participativa, produtos, processos e tecnologias apropriados aos sistemas orgânicos e agroecológicos de produção;

ix. estruturar sistema de informações sobre os agricultores familiares e a produção orgânica e agroecológica;

x. ampliar e efetivar a participação e o controle social nas ações e políticas voltadas para a agroecologia e produção orgânica;

xi. ampliar a inclusão e incentivo à abordagem da agroecologia nos diferentes níveis e modalidades de educação e ensino; e estimular e promover a formação de profissionais da educação com ênfase na educação agroecológica;

xii. consolidar e fortalecer os mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica priorizando sistemas participativos e organizações de controle social;

xiii. reconhecer e retribuir os benefícios ambientais prestados pelos agricultores agroecológicos e orgânicos;

xiv. promover e estimular a produção e utilização de insumos produzidos a partir de fontes renováveis, que atendam os requisitos das normativas (Lei dos orgânicos) e fortaleçam os empreendimentos e economias locais/regionais;

xv. apoiar e fortalecer estratégias locais e regionais de comercialização;

xvi. viabilizar fundo de pesquisas em agroecologia e produção orgânica que atenda as demandas das organizações da agricultura familiar;

xvii. apoiar técnica e financeiramente a conservação e produção de sementes, mudas, raças de animais e microrganismos, garantindo a disponibilidade destes matérias genéticos identificados, aos agricultores familiares;

xviii. adequar e ampliar a Política Geral de Preços Mínimos (PGPM), seguro agrícola e a compra de alimentos para o desenvolvimento de mercados para os produtos orgânicos e agroecológicos;

xix. reconhecer e valorizar os saberes populares e práticas tradicionais como instrumentos para o desenvolvimento da política de agroecologia;

xx. afirmar os agricultores familiares como principais sujeitos e como prioridade da Política Nacional de Agroecologia;

xxi. adequar os mecanismos de crédito, de legislação das agroindústrias e de regularização fundiária dos imóveis rurais, para estimular e viabilizar a transição e a produção orgânica e agroecológica;

xxii. Dar maior visibilidade social para a produção orgânica e agroecológica como opção de produção de alimentos saudáveis e de desenvolvimento rural com sustentabilidade;

Art. 5º Para fins deste Decreto compreende-se Sistemas Produtivos agroecológicos e Sistemas Orgânicos de Produção aqueles em que haja o uso sustentável dos recursos naturais e socioeconômicos disponíveis e o respeito à autonomia e a integridade sociocultural e produtiva das comunidades rurais. Que tenha por objetivo a sustentabilidade econômica e ecológica, o aumento dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energia não-renovável, empregando, sempre que possível, métodos culturais, biológicos e mecânicos; em contraposição ao uso de organismos geneticamente modificados e oriundos da biologia sintética, da nanotecnologia e da hidroponia, em qualquer fase do processo de produção, processamento, armazenamento, distribuição e comercialização.

Parágrafo 1º: para fins deste Decreto compreende-se Transição Agroecológica o processo gradual de mudança, que ocorre através do tempo, no uso de formas e práticas no manejo dos agroecossistemas, que tem como meta a passagem do modelo agroquímico ou convencional de produção, para formatos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias agroecológicas;

Parágrafo 2º as áreas de transição serão monitoradas e acompanhadas de acordo com o plano de manejo, respeitando os períodos de transição, com base no decreto nº

6323 d 27 de dezembro de 2007 que regulamenta a lei nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003.

Art. 6º O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica deverá prever instrumentos, mecanismos e ações para consolidar os sistemas agroecológicos e orgânicos existentes e para incentivar e fomentar a transição agroecológica;

Art. 7º Ficam instituídas como instâncias deliberativa e consultiva de gestão da Política Nacional de Agroecologia e de Produção Orgânica:

- A Câmara Intersetorial de Agroecologia e Produção Orgânica composta pelo governo e a participação e colaboração dos agentes econômicos e sociais que atuam diretamente na agricultura orgânica e agroecológica, interessados e beneficiados com a atribuição e coordenar, realizar o monitoramento e a avaliação da Política Nacional de Agroecologia e de Produção Orgânica;

- O Grupo Gestor de caráter deliberativo e operativo composto por representantes de Governo e da ANA, ABA, Câmara do CONSEA, Comitê do CONDRAF e Movimentos Sociais e Populares, garantindo a composição/participação paritária na CNPORG

Art. 8º As despesas decorrentes da implementação desta Política correrão à conta das dotações orçamentárias dos respectivos Órgãos no âmbito do PPA.

Art. 9º O suporte financeiro para a implementação da Política Nacional de Agroecologia e de Produção Orgânica será assegurado por meio de recursos:

I - da lei orçamentária anual alocados nos diferentes ministérios que participam da Política Nacional de Agroecologia e de Produção Orgânica;

II - de linhas de crédito de bancos e instituições federais;

III – de fundos federais de fomento e desenvolvimento;

IV – fundo nacional de incentivo e fomento para o desenvolvimento e consolidação dos sistemas agroecológicos e orgânicos (recursos oriundos dos fundos do tesouro nacional, multas ambientais, impostos federais...);

Art. 10º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,....de de 2012; xx da independência e xx da República.

Necessidade de definição de prazo para implementação da política (?)

DILMA ROUSSEFF

Encaminhamentos e Avaliação

Nomes para o Seminário Nacional

RS

Lauro Foschiera e/ou Edson Klein - cetap

Jorge Mariani - Agricultor Ecologista Coopeg de Garibaldi/FETAG

PR

Marcelo Passos pela AOPA

Elson Borges dos Santos pela cooperativa dos assentados

SC

Edivane Deitos

Ines Claudete Burg

Informes diversos - dos representantes de entidades/ organizações sobre atividades programadas relacionadas à temática e espaços de incidência política para comprometer autoridades e ir conquistando espaços e apoios para a transição agroecológica. Dentre as agendas foi destacado o Encontro Ampliado da Rede Ecovida que será realizado em maio e contará com a participação de aproximadamente mil pessoas. Será uma boa oportunidade para aprofundar discussões e sensibilizar lideranças e gestores públicos.

Avaliação

- Apesar de no início estar um tanto inseguros e descontextualizados, conseguimos avançar bastante e acordar várias propostas;
- No início sentimos a ausência dos assessores da ANA, para trazer informações sobre como está o processo em outras regiões e as negociações com o Governo Federal;
- Local tranquilo e agradável e a comida boa;
- Acabamos conhecendo um pouco da história e objetivos da RPPN que sediou este evento;
- O evento foi muito positivo por possibilitar a sua realização e a participação de lideranças da Região Sul – fazia tempo que isto não acontecia;
- Temos que continuar com estes eventos para não deixar esmorecer, pelo contrário, trocar experiências e fomentar a agroecologia;

Anexos

Lista Participantes

	Nome	CPF e/ou RG	Município e Estado	Contato
1-	erson J. Vieira	970744460-68	EAERIM - AS	erson.vieira@hotmail.com
2-	ARIEL C. BATISTO	910262800-49	GRAZIELI - RS	arielc@terra.com.br
3-	Raul Paschole Junior	010400780-01	STA MARIA - RS	raul.paschole@terra.com.br
4-	Matheus Souza	282730680-00	MC POUADOR	matheus.souza@terra.com.br
5-	QUESTIO P. LONGETI	234847300-10	PASSO-FUNDADO - RS	questio.p@terra.com.br
6-	Lea R. M. Quadros	307257650-20	RESSO FUMADO	leaquadros@terra.com.br
7-				
8-	Ana Carolina Rastello	02468686852	Fco GETULIO - PR	anacarina_rastello@terra.com.br
9-	Angela Maria	644930820-00	Gracilda - RS	angelamaria@terra.com.br
10-	JANILE MARI FILBER	703492158-97	Mulada Rondon - PR	janilemar@yahoo.com.br
11-	Leandro Mattos Guimarães	6041952744	CRANAS DO SUL - RS	leandro.mattos@gmail.com
12-	Rula O. dos Santos	082134089-13	PARSO FUMADO - RS	rulaosantos@gmail.com
13-	Eliandra Lima	075584634-71	São Leopoldo - RS	eliandra.lima@gmail.com
14-	Yamiro RS. Barbosa	004.999.281-30	Koanymora do Sul - PR	yamiro.barbosa@gmail.com
15-	Marcos Piment	621801529-34	Celso - SC	marcos.piment@gmail.com
16-	TOZIMÉIRE AP de Almeida	679714749-20	Poiané - Jangadeiros - SC	tozimeire@gmail.com
17-	Marcos Teodoro de Sá	642547710-93	Park Alegre - RS	marcos.teodoro@gmail.com
18-	GASTÃO MARTINS	673.308.330-68	PAJUBÁ - RS	gastonmartins@terra.com.br
19-	José Claudete Reis	381092980-82	Olímpia - SC	josereis@terra.com.br
20-	ELSON BARROS DOS SANTOS	602101849-49	PRANCHITA - PR	elsonbarros@terra.com.br
21-	Edison Farias	02548933-63	CHARÓ - SC	edisonfarias@terra.com.br
22-	Ilceo José Schreck	045094305-40	Pindamonhangaba - SC	ilceoschreck@terra.com.br
23-	Sergio Vaz Pires	663112489-74	Fco Getúlio - PR	sergio.vazpires@gmail.com
24-	Dione José Thomas	030841430-24	Santa Rosa - RS	dionethomas@terra.com.br
25-	André Pereira de Camargo	465791010-91	Santa Rosa - RS	andrepereira@gmail.com

	Nome	CPF e/ou RG	Município e Estado	Contato
1-	Terézinha Fallet Rizzardi	309 235140-15	Itaó, RJ	51-3344 4415 Terézinha
2-	Mrs Carlos D. Rupp	460.180.000/59	IPÊ - RS	(54) 3235 1638 Rupp 5011, 20m 55) 9966675 caduani@brturbo.com
3-	Adriani R. S. Pavesi	799.909 820-45	Santa Rosa	(34) 91923044
4-	Porfirio Roberto Bette	032.025 379-52	Serra Nova - RS	55 9918 9996 caracur@brturbo.com
5-	Christina Gouveia	006.913.029-02	Itaó - RS	54 9614 0613 brturbo.com
6-	Alma J. de F. Lima	443 404 940-80	Fasso Fundo - RS	48 3338-1133
7-	Maria Helena Schneider	509.664.169-91	Três - SC	Vianei@brturbo.com.br
8-	NATH TONI MARIANI	563 230 303-63	Meles - SC	(48) 9633-4007
9-	FELIANDO ANGELETTO	024153519 09	Fpolis / SC	(51) 3732 0464
10-	FEDERICO W. FOULHERA	028.192.340-03	ERECIM - RS	(48) 33347176
11-	CHARLES WIRTH	140281580-08	Dona Elvira - SC	54 3312 3454
12-	Luise FOSCHERA	273 579 880-15	Fasso Fundo	(41) 3360-6564 (mora) brturbo.com.br
13-	Carole Wieg. Murgon	1442.913-1	Curitiba - PR	54-33441001
14-	Fredman Bucci	005.143.220-65	Caracas, RJ	54-9835-4352-3223-803
15-	ADY CAROLINO	409550 630-91	Caracas, RJ	54-9862-4459
16-	Carla Donalis	99348490-49	Fasso Fundo - RS	(54) 9972-8318.
17-	Abir Longhi	9972-83	Fasso Fundo - RS	
18-				
19-				
20-				
21-				
22-				
23-				
24-				
25-				

Fotos





